

Licença



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Fonte: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/670>. Acesso em: 17 nov. 2025.

Referência

CIGALES, Marcelo. O campo e o subcampo do ensino de Sociologia. *In*: CIGALES, Marcelo; BODART, Cristiano; LEAL, Sayonara (org.). **Noções teórico-metodológicas para o estágio docente em sociologia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2025. 27-33 p. (Série ensino de graduação). Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/670>. Acesso em: 17 nov. 2025.

EDITORA



UnB

Noções teórico- metodológicas para o estágio docente em Sociologia

Marcelo Cigales
Cristiano Bodart
Sayonara Leal
(Organizadores)



Equipe do projeto de extensão – Oficina de edição de obras digitais

Coordenação geral	Thiago Affonso Silva de Almeida
Consultor de produção editorial	Percio Savio Romualdo Da Silva
Coordenação de revisão	Talita Guimaraes Sales Ribeiro
Coordenação de design	Cláudia Barbosa Dias
Revisão	Julia Oliveira Neves
Diagramação	Larissa Gomes dos Santos Viana
Foto de capa	Tima Miroshnichenko, via Pexels.com

© 2024 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar

Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF

CEP: 70910-900

Site: www.editora.unb.br

E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UnB)

N758 Noções teórico-metodológicas para o estágio
 docente em sociologia [recurso eletrônico] /
 Marcelo Cigales, Cristiano Bodart, Sayonara Leal
 (Organizadores). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília, 2025.
 193 p. – (Série ensino de graduação).

Formato PDF.

ISBN 978-65-5846-241-5.

1. Sociologia – Estudo e ensino (Estágio). 2.
Programas de estágio. I. Cigales, Marcelo (org.).
II. Bodart, Cristiano (org.). III. Leal, Sayonara
(org.). IV. Série.

CDU 316:37.046

Sumário

Apresentação 7

História do ensino de Sociologia no Brasil 17

Vinícius Carvalho Lima

O campo e o subcampo do ensino de Sociologia 27

Marcelo Cigales

As especificidades da Sociologia escolar 35

Cristiano Bodart

Ensino de Sociologia, saber docente investigativo e educação progressista 47

Sayonara Leal

Planejamento didático no ensino de Sociologia 61

Sara Esther Dias Zarucki Tabac

Conteúdos e recontextualização didática para o ensino de Sociologia 69

Agnes Cruz de Souza

Metodologias e recursos para o ensino de Sociologia 79

Rafaela Reis Azevedo de Oliveira

Avaliação das aprendizagens no ensino de Sociologia 89

Welkson Pires

O ensino de Sociologia e a preparação para a regência: um extravasamento 103

Antonio Alberto Brunetta

Ensino e tabu nas Ciências Sociais 115

Amurabi Oliveira

Educação antirracista no ensino de Sociologia 123

Joaze Bernardino-Costa

Danielle Soares Gomes

Gênero e sexualidade no ensino de Sociologia 131

Tânia Mara Campos de Almeida

Rodolfo Luiz Costa de Godoi

Experiência de estágio docente em Sociologia na prisão 139

Rogéria Martins

Paulo Fraga

Podcast no ensino de Ciências Sociais 147

Soraya Fleischer

Daniela Manica

Considerações finais 155

Marcelo Cigales

Cristiano Bodart

Sayonara Leal

Dicas de leitura complementar 157

Propostas de atividades 159

Sobre a autoria desta coleção 189

O campo e o subcampo do ensino de Sociologia

Marcelo Cigales

Introdução

A introdução obrigatória do ensino de Sociologia no currículo do ensino médio brasileiro, a partir da Lei nº 11.684 de 2008, fez com que pesquisadores da área de Educação e Ciências Sociais, em sua grande maioria vinculados à formação de professores, se perguntassem se haveria condições de pensarmos o desenvolvimento de um espaço social autônomo denominado “ensino de Sociologia” como “campo” profissional ou “subcampo” de pesquisa da área no país.

A noção de “campo” foi desenvolvida por Pierre Bourdieu (1930-2002) para se referir a um espaço social relativamente autônomo, organizado sob determinadas regras sociais. De maneira histórica, esse conceito remete (não exclusivamente) ao processo de modernização da sociedade ocidental contemporânea e a sua contínua “racionalização” por meio da divisão do trabalho social ou da burocratização na forma de gerir o Estado. Os discursos, as práticas e as representações não passariam mais de uma geração a outra a partir da tradição e da norma, quase sempre sob o domínio de uma instituição social (podemos pensar na igreja católica durante a Idade Média ou no Estado Absolutista durante o período monárquico), mas ganhariam outros contornos com o desenvolvimento e a expansão do capitalismo, marcado pela Revolução Industrial do século XVIII, e com as transformações sociopolíticas engendradas a partir da Revolução Francesa. Assim, podemos pensar no processo de uma relativa autonomia, constituída nas áreas de Economia, Política, Religião, Ciência, Artes, entre outros, com agentes e recursos organizados e estruturados.

O campo (Bourdieu, 2004; 2013) pode ser definido como um espaço social hierarquizado, composto por determinadas regras sociais e com uma relação de poder assimétrica entre seus participantes. As regras do campo orientam a ação dos indivíduos dentro desse espaço social, que também é compreendido como espaço de luta para conservar ou transformar suas regras. O conceito de campo ganha sentido analítico sobre a estrutura do espaço social acadêmico em que se localiza o ensino de Sociologia, auxiliando a evidenciar suas estruturas, seus agentes, seus capitais em circulação e suas regras de legitimação.

Se o ensino de Sociologia é um campo social, poderíamos evidenciar sua lógica de estruturação e sua relação com outros espaços sociais: científico, acadêmico e educacional que, por sua vez, também possuem suas próprias regras, hierarquias, sanções, premiações, formas de reconhecimento e legitimidade, assim como lutas para manter ou transformar suas regras. Na Teoria dos Campos Sociais, quem participa desse espaço também incorpora maneiras, nem sempre reflexivas, das normas que organizam esse espaço. Por fim, ainda podemos pensar que um campo nunca é totalmente autônomo em relação a outros espaços e que suas regras, produzidas socialmente, são significadas e ressignificadas dentro de um determinado período histórico.

A noção de “campo” e o ensino de Sociologia

Analisar o ensino de Sociologia, sociologicamente, requer que nos situemos a partir de qual olhar (teoria) será base para entender ou compreender de que se constitui o objeto denominado “ensino de Sociologia”. Destacamos que há uma diversidade de maneiras para realizar essa análise, que pode abranger desde uma perspectiva macro, evidenciando as condições sociais, históricas, políticas e educacionais em que ocorre o ensino da disciplina, analisando que papel a Sociologia cumpre nessa conjuntura, até uma análise micro, elucidando os discursos, as representações e as práticas que orientam o ensino da disciplina na educação básica.

Ao analisarmos historicamente o percurso do ensino de Sociologia no Brasil, temos condições de realizar uma análise sociológica que condense essas duas perspectivas. Por isso, talvez Bourdieu seja o autor mais referenciado no campo de estudo do ensino de Sociologia no país (Bodart; Tavares, 2018), pois, como um autor que se encontra na figura de um relacionista metodológico, ele consegue, a partir de conceitos como “campo” e “*habitus*”, evidenciar tanto as estruturas objetivas quanto as representações e práticas dos agentes sociais que se relacionam com o ensino da disciplina.

Ao operacionalizar a noção de “campo” para compreender os percursos históricos e sociais do ensino de Sociologia, a comunidade acadêmica da área coloca em análise a própria produção de conhecimentos e de práticas sociais que não são estáticas, mas estão em constante transformação, porque também são espaços reflexivos, que produzem um discurso sobre suas próprias práticas e representações. No caso deste capítulo, buscamos apresentar um panorama dos avanços analíticos do debate sobre o ensino de Sociologia como um espaço social relativamente autônomo. Temos por hipótese que a estruturação de um campo de pesquisa acerca do ensino de Sociologia no Brasil reflete mecanismos mais amplos de fortalecimento do campo educacional, o que pode influenciar a melhoria da qualidade do ensino da disciplina no âmbito escolar.

As questões pertinentes para esse debate são: i) em que medida poderíamos falar de um espaço social autônomo, organizado a partir de regras e práticas sociais que orientam a ação dos agentes envolvidos nesse espaço social? ii) é possível falar de um “campo”, “subcampo”,

ou “campo em processo de fortalecimento” da área no país? Tais questões analíticas têm aquecido o debate acadêmico dos últimos anos (Mocelin, 2019; Ferreira; Oliveira, 2015) e parecem ainda não ter gerado um consenso entre os pesquisadores, tendo em vista que as pesquisas sobre a temática não diminuíram mesmo após a Reforma do Ensino Médio (Brasil, 2017), que retirou a obrigatoriedade da disciplina no currículo nacional.

Campo ou subcampo do ensino de Sociologia?

Entre 1997 e 2003, dois Projetos de Lei foram pautados no Congresso Nacional com o objetivo de tornar a disciplina de Sociologia obrigatória no currículo do ensino médio no país (Brasil, 1997; 2003). Tais projetos tiveram forte apoio da comunidade sindical e acadêmica da área da Sociologia, o que contribuiu para produzir uma representação sobre: i) a ideia de que a Sociologia não era uma disciplina nova no currículo da educação básica, uma vez que havia existido em outros períodos históricos, como aqueles evidenciados pelo trabalho de Meucci (2011) e ii) a vinculação de que o ensino de Sociologia contribuiria para a consolidação da democracia no Brasil, dado seu caráter crítico, contestador e voltado à formação para a cidadania. Esse grupo de agentes talvez reflita uma primeira tentativa de busca por um maior espaço de autonomia para o ensino de Sociologia após a redemocratização do país na década de 1980.

Certamente não podemos conceber a ideia de um campo ou subcampo sem termos as condições objetivas para que um determinado grupo possa, a partir da prática profissional, compartilhar elementos em comum. Mas não quer dizer que, ao tornarmos a disciplina obrigatória no currículo, haveria, numa espécie de “passe de mágica”, os elementos concretos capazes de estruturar práticas e representações que guiarão a conduta dos agentes inseridos na escola. A questão é mais complexa: a realidade social nem sempre se deixa teorizar, ou ainda, para pensarmos com Guerreiro Ramos (1996), precisamos fazer uma “redução sociológica” das teorias ditas universalistas, mas que esbarram em realidades particulares.

Para avançarmos na discussão, temos que considerar os dados quantitativos sobre o crescimento desse espaço social, principalmente no período de sua institucionalidade (2008-2017). Nos últimos anos, estudos vêm demonstrando o crescimento das publicações sobre o ensino de Sociologia. Só para termos alguns parâmetros, os cursos de Ciências Sociais/Sociologia na modalidade licenciatura, que até os anos 2007 somavam 66 cursos, tiveram um acréscimo de 77% em termos nacionais em apenas sete anos, ou seja, de 2008 até 2014. Em algumas regiões, conforme o estudo de Oliveira (2015), houve aumento de 400% (região Centro-Oeste) com a criação de nove licenciaturas (Oliveira, 2015).

O volume de dossiês publicados também foi expressivo, contando com a participação de 19 revistas acadêmicas, em grande parte localizadas nos Departamentos de Ciências Sociais e Educação, também atrelados a programas de pós-graduação dessas áreas. Entre o período de 2007 a 2017, conforme estudo de Bodart e Souza (2017), foram publicados 24 dossiês que reuniram 199 artigos. As teses e dissertações também tiveram aumento expressivo após

a Lei nº 11.684, de 2008, pois entre 1993 até 2015, conforme Bodart e Cigales (2017), foram publicados 106 trabalhos – 12 teses e 94 dissertações –, concentrados entre os programas de pós em Ciências Sociais e Educação.

Os grupos e as linhas de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foram objeto de estudo de Neuhold (2015), que evidenciou a criação de 22 grupos entre 2000 e 2013. Conforme Pereira (2020), entre 2012 e 2020, houve a criação de 21 laboratórios de ensino de Ciências Sociais/Sociologia, alguns organizando eventos próprios – como o Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes (Labes), da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que em 2018 organizou a sexta edição do evento, congregando alunos, professores e pesquisadores da escola básica à pós-graduação.

Além disso, as associações científicas também se mobilizaram na discussão sobre o ensino de Sociologia na educação básica, caso da Sociedade Brasileira de Sociologia, mais especificamente sua Comissão de Ensino, hoje denominada “Comitê de Pesquisa”, que desde 2005 vem organizando o Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica (Eneseb), na sua oitava edição em 2023. O último evento presencial, organizado na Universidade Federal de Florianópolis (UFSC), congregou mais de 500 participantes (Oliveira; Engerhoff; Greinert; Cigales, 2021). Oliveira (2016), ao realizar um estudo sobre os anais do Eneseb entre 2005 e 2015, destaca que foram mais de 155 trabalhos completos apresentados, envolvendo o debate de temáticas como metodologia de ensino e formação de professores.

Ainda na descrição desse volume de publicação, há de se destacar os livros/as coletâneas estudados por Eras e Oliveira (2015), que relatam a produção de 27 obras entre os anos de 2008 e 2013. Dados mais recentes do blog Café com Sociologia (2023) indicam a existência de mais de 60 livros sobre a temática. Outros pesquisadores da área voltam-se para a análise do prestígio que a temática tem alcançado nos últimos anos. A publicação de artigos sobre o ensino de Sociologia nas revistas de estrato superior na área de Sociologia (avaliação da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Capes, dos periódicos) aponta que entre 1996 e 2017 foram publicados 65 trabalhos, em sua maior parte após 2007 (Bodart; Tavares, 2018).

Podemos considerar que a área profissional vem se organizando a partir da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (Abecs), criada em 2012, contando com sua própria revista (Cadernos da Associação Brasileira de Ciências Sociais, Cabecs) e evento acadêmico, já em sua quinta edição (2022, Maceió). Outras revistas também merecem destaque, como a Café com Sociologia e a Perspectiva sociológica, do Colégio Pedro II. Também poderíamos citar os blogs e as editoras, tais como: Cirkula, de Porto Alegre, e a editora Café com Sociologia, de Maceió, criada em 2019. Outras ações acadêmico-científicas também são indicativas da organização do campo da Sociologia Escolar, tal como o Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio), organizado ao redor de 10 instituições que oferecem vagas para professores de Sociologia que atuam na rede básica de ensino.

Outras dinâmicas do campo educacional nos auxiliam a pensar os reflexos da expansão do campo do ensino de Sociologia como, por exemplo: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que, nas edições de 2012, 2015 e 2018, avaliou dezenas de livros didáticos de Sociologia submetidos pelas editoras por meio do edital público. Nessas edições do PNLD, foram aprovados vários livros didáticos de Sociologia, distribuídos para milhões de estudantes do ensino médio do país. Essa política pública educacional movimentou uma série de agentes vinculados com o ensino de Sociologia, mobilizando escritores, editores, avaliadores, pesquisadores e professores que fazem uso desses materiais nas escolas. A edição de 2021 do PNLD, apesar de ser formatada para atender aos critérios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Reforma do Ensino Médio, não deixou de mobilizar esses agentes, ainda que inseridos na lógica interdisciplinar da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA), em que a Sociologia passou a estar presente.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e o Programa de Residência Pedagógica (PRP) também influenciaram positivamente o ensino de Sociologia, uma vez que participaram professores da rede básica e superior de ensino e estudantes das licenciaturas em Ciências Sociais. O Pibid e o PRP são parte do Programa Nacional de Formação de Professores, financiado pela Capes, que concede bolsa para estudantes das licenciaturas desenvolverem projetos de ensino e pesquisa relacionados às suas áreas de formação. Tais projetos são uma forma de inserção nas escolas, contribuindo assim para a formação inicial de professores.

Apesar desses avanços, Ferreira e Oliveira (2015) afirmam que o ensino de Sociologia não pode ser considerado um “campo”, talvez nem um “subcampo” dentro da Sociologia, tendo em vista que o ensino é um tema historicamente instável na agenda de pesquisa das Ciências Sociais. Esses autores também indicam que a instabilidade da permanência da disciplina na educação básica, vinculada às dinâmicas mais amplas das reformas educacionais, traria um enfraquecimento para pensarmos no processo de uma relativa autonomia da área como objetivo de pesquisa. Por outro lado, Mocelin (2019) defende a ideia de um espaço autônomo para o ensino de Sociologia.

A construção, organização e institucionalização desse espaço próprio é o reconhecimento de que se tem uma especialidade. Enquanto os professores de Sociologia do ensino médio acharem que são outra coisa, não reproduzirão as bases necessárias para o fortalecimento do próprio espaço que conquistaram (Mocelin, 2019, p. 21).

No entanto, esses autores vêm revisitando tais ideias ao considerarem outros fatores como relevantes para pensar a produção de um espaço autônomo para o ensino da disciplina. Em pesquisa mais recente, Cigales (2022), ao fazer o balanço das teses e dissertações sobre o ensino de Sociologia, percebeu que o número de trabalhos continuou a crescer mesmo após a implementação da Reforma do Ensino Médio. Em especial, essa pesquisa considerou as dissertações do ProfSocio, que formou a primeira turma em 2020. Mocelin (2020a, 2020b)

também revisou a ideia de um “campo” e um “subcampo” de pesquisa sobre o ensino de Sociologia. Para o autor, a ideia de um campo poderia ser desenhada ao considerar o espaço profissional mais amplo e o subcampo ao considerar as configurações de pesquisa da área, “[...] um espaço semiautônomo de produção de conhecimento constituído no interior da grande área científica das Ciências Sociais” (Mocelin, 2020b, p. 397).

Outros fatores devem ser colocados em perspectiva na análise do ensino de Sociologia como um subcampo de pesquisa. A implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (Brasil, 2015) instituíram as 400 horas de estágio obrigatório para os cursos de licenciatura, fazendo com que tais cursos pensassem sobre a necessidade de reposição de professores a partir de concurso público, com perfil vinculado às temáticas educacionais para atender às demandas dessas disciplinas. Em termos analíticos, seria interessante acompanhar o perfil de professores que foram aprovados em concursos, bem como evidenciar suas trajetórias de inserção no campo, coordenando projetos de ensino e extensão ou orientando trabalhos na pós-graduação.

Independentemente de a temática ser um “campo”, “subcampo” ou “campo em processo de autonomização”, é preciso ter em perspectiva que o mapeamento das atividades técnico-científicas, do desenvolvimento das pesquisas e do investimento do Estado em políticas públicas voltadas à formação inicial (Pibid e PRP) e continuada (ProfSocio) de professores de Sociologia fortaleceu esse espaço social, possibilitando a expansão da área e a ampliação de investigações que visem analisar a influência desse crescimento para as práticas educacionais direcionadas ao ensino da Sociologia na escola.

A título de conclusão: os desafios para o fortalecimento do campo do ensino de Sociologia

Tendo por base as diferenças conceituais entre campo e subcampo do ensino de Sociologia, como proposto por Mocelin (2020a, 2020b), podemos considerar que há diversos desafios para o fortalecimento da área. No campo do espaço profissional, tivemos um crescimento significativo do número de professores que lecionam a disciplina formados em Ciências Sociais, mas ainda longe de um cenário ideal. Em 2013, tínhamos apenas 11,8% dos professores de Sociologia da educação básica formados na licenciatura em Ciências Sociais. Passamos para 25,8% em 2016, 27,1% em 2017, 32,2% em 2018, 36,3% em 2020, e 40,7% em 2021 (Bodart; Sampaio-Silva, 2019; Raizer; Caregnato; Pereira, 2021; Brasil, 2021), constituindo assim uma das disciplinas da educação básica com o menor percentual de docentes formados na sua área de atuação.

Outros desafios para o campo do ensino de Sociologia também se atrelam: i) à implementação da Reforma do Ensino Médio, que retirou a obrigatoriedade da disciplina; ii) às estratégias de legitimação e concertação discursiva dos agentes que buscavam aprovar a última versão

da BNCC (2018) (Michetti, 2020) de maneira aligeirada, sem um processo coletivo de envolvimento com os(as) professores(as) da educação básica e demais agentes da sociedade civil; iii) à ausência de uma racionalidade burocrática e de uma postura em defesa da educação pública pelos gestores que ocuparam os cargos de ministro da Educação na gestão do governo Bolsonaro; iv) à falta de estratégia política para suprir os efeitos negativos da pandemia de covid-19 na área educacional e ao descaso com o cumprimento das Metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024), a exemplo dos 10% do Produto Interno Bruto (Pib) de investimento na educação, que em 2020 só havia investido 5%.

Esses acontecimentos estão na esteira das crises educacionais das gestões dos governos de Michel Temer (2016-2018) e de Jair Bolsonaro (2019-2022). Este último, em especial, disseminou, a partir da produção de notícias falsas nas redes sociais, a desinformação sobre pautas progressistas na sociedade brasileira, como o direito reprodutivo, a educação sexual nas escolas, o debate sobre gênero e sexualidade (Miguel, 2021; Messenberg, 2017), além das temáticas como religião (em especial as religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras), política, movimentos sociais, gênero e sexualidade, que encontraram dificuldades de serem abordadas pedagogicamente pelos professores de Sociologia. Tais constrangimentos não são unicamente advindos dos estudantes e de suas famílias, mas até mesmo da própria equipe pedagógica ou de colegas de outras disciplinas na escola (Cigales; Fonseca, 2022).

Também podemos pensar na possibilidade de o campo profissional do ensino de Sociologia criar regras próprias voltadas à formação de professores. Ainda que se tenha avançado nas políticas educacionais de formação de professores (PIBID, PRP, ProfSocio) e instituído regras mais claras para a realização dos estágios supervisionados (Brasil, 2015), na prática, ainda se encontram muitos empecilhos para o fortalecimento da área, tais como: i) ausência de professores(as) formados em Ciências Sociais para supervisionar o estágio nas escolas; ii) turmas de estágio com grande número de estudantes, o que inviabiliza o acompanhamento da coordenação nas escolas, avaliando as experiências com que esses estágios são desenvolvidos; iii) cenários de pouca participação do corpo docente da licenciatura com pesquisas e projetos relacionados ao ensino, o que enfraquece o diálogo com a crescente produção científica do subcampo de pesquisa.